



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL

CNPJ: 87.489.910/0001-68

Rua Floriano Peixoto, 222 CEP 97400-000 – São Pedro do Sul - RS

Fone/Fax (55) 3276-1085

PROJETO DE LEI Nº 018, DE 05 DE MARÇO DE 2018.

ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.948, DE 03/03/2010, E DÁ PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Altera o art. 1º, da Lei Municipal nº 1.948, de 03 de março de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Institui Vale-Alimentação, de natureza indenizatória e participação facultativa, a ser concedido em pecúnia aos servidores do Poder Executivo do Município, independente do Regime Jurídico de admissão, para aquisição de gêneros alimentícios, em conformidade com a Legislação de Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) de Empresas legalmente autorizadas.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR DOELER,
Prefeito Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL

CNPJ: 87.489.910/0001-68

Rua Floriano Peixoto, 222 CEP 97400-000 – São Pedro do Sul - RS

Fone/Fax (55) 3276-1085

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº 018/2018.

Excelentíssimos Senhores Vereadores e Senhora Vereadora:

A Administração Municipal encaminha para apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei nº 018/2018, de 05 de março de 2018, que “ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.948, DE 03/03/2010, E DÁ PROVIDÊNCIAS.”

A alteração legislativa ora proposta visa permitir que o valor do vale-alimentação seja alcançado aos servidores de forma direta, incluso da folha de pagamento mensal, sem o intermédio de empresas fornecedoras de cartões magnéticos ou tickets, dando mais liberdade ao servidor para utilização do valor do vale-alimentação na aquisição de gêneros alimentícios em qualquer estabelecimento do ramo, não se limitando aqueles que sejam credenciados pelas empresas que fornecem o cartão magnético.

Para a Administração Municipal, o pagamento do vale-alimentação em pecúnia representa a diminuição de despesas, pois muito embora as operadoras de cartão não costumem cobrar valores do Município nas contratações para fornecimento do cartão magnético, ainda assim há o ônus de periodicamente proceder na realização de certames licitatórios para a seleção da empresa prestadora do cartão e, ainda, o trabalho do Departamento de Pessoal de gerir o fornecimento correto dos cartões, autorizar as recargas mensalmente, entre outras rotinas que poderão ser dispensadas.

Salientando que o pagamento do vale-alimentação em pecúnia não afasta o seu caráter indenizatório, não configurando verba de natureza salarial para quaisquer fins, uma vez que mantidos os demais requisitos de sua concessão e a sua finalidade, conforme teor da Lei Municipal nº 1.948/2010.

Acreditando que mereça guarida a análise dos objetivos que ensejam a remessa do presente Projeto de Lei a esta Casa e sua aprovação pelos membros do Poder Legislativo Municipal, que certamente não se furtarão de contemplar a matéria que se reveste de interesse público e contempla anseio dos servidores municipais, razão pela qual a equipe da Secretaria de Administração está disponível para eventuais esclarecimentos

Atenciosamente,

VICTOR DOELER,
Prefeito Municipal.